



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

Observatório do reassentamento: [r]existir - um jogo de memória, afeto e visibilidade, para cartografar modos de vida

Autores:

TATIANA RIBEIRO DE SOUZA - Universidade Federal de Ouro Preto - prof.tatianaribeiro@gmail.com

Karine Gonçalves Carneiro - Universidade Federal de Ouro Preto - carneirokari@gmail.com

Túlio Colombo Corrêa - Universidade Federal de Ouro Preto - tulicolombocorrea@gmail.com

Resumo:

No presente artigo apresentamos o desenvolvimento do jogo “[r]existir - um jogo de memória, afeto e visibilidade”, como resultado da experiência extensionista do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPISA), por meio do “Observatório do Reassentamento - Rede de apoio e ações aos atingidos de Mariana e Barra Longa”. Trata-se de trabalho desenvolvido desde 2016, sob o método cartográfico, junto às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, mais especificamente junto às comunidades vítimas do deslocamento forçado que se encontram sujeitas ao reassentamento. A partir de uma demanda da Cáritas Regional Brasil, na qualidade de assessoria técnica das pessoas atingidas no município de Mariana, o GEPISA desenvolveu uma tecnologia social, baseada na cartografia dos modos de vida das pessoas atingidas, que pudesse ser reproduzida e utilizada pela Cáritas não apenas em Mariana, mas ao longo da Bacia do Rio Doce e até em outras situações de vulnerabilidades semelhantes àquelas vividas pelas pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

OBSERVATÓRIO DO REASSENTAMENTO

[r]existir: um jogo de memória, afeto e visibilidade como tecnologia social para cartografar modos de vida

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre a experiência extensionista junto às comunidades vítimas de deslocamento forçado em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em Mariana/MG, em novembro de 2015, que resultou na morte de 19 pessoas, destruição de 3 vilas inteiras, diversas áreas rurais, além da fauna e flora ao longo de toda a extensão do Rio Doce até a sua foz. Trata-se de trabalho desenvolvido desde 2016, nos municípios de Mariana e Barra Longa, ambos em Minas Gerais, para fortalecer a luta pelos direitos das pessoas atingidas, por meio do acompanhamento dos processos de reparação dos danos sofridos com a perda da moradia e suas repercussões nas territorialidades, modos e projetos de vida.

No âmbito institucional, os trabalhos extensionistas aos quais nos referimos no presente artigo foram desenvolvidos na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA), por meio do projeto “Observatório dos Reassentamentos – Rede de ações e apoio aos atingidos nos municípios de Mariana e Barra Longa”. A perspectiva da responsabilidade social da Universidade foi o ponto de partida para as atividades que resultaram na formação do GEPSA e do Observatório, além da proximidade da UFOP com os territórios afetados pelo rompimento da barragem de Fundão, implicando no dever moral de participação da universidade na construção de soluções para o universo de problemas criados pelo desastre/crime imputado às mineradoras Samarco (proprietária da barragem), Vale (sócia proprietária da Samarco e usuária da barragem de Fundão) e BHP Billiton (também sócia proprietária da Samarco).

Não obstante à tentativa de atender a diversas demandas das pessoas atingidas, a formação das professoras e das/os discentes integrantes do GEPSA, em Direito e Arquitetura e Urbanismo, conduziram, majoritariamente, os trabalhos do grupo para as questões relacionadas à luta pelo direito das pessoas atingidas à assessoria técnica e aos reassentamentos coletivos. Ressalte-se, nesse ponto, que a forma de atuação do GEPSA tem-se produzido em nível transescalar, por meio do acompanhamento dos processos decisórios nos diversos níveis institucionais, notadamente aqueles que envolvem os órgãos do sistema de Justiça envolvidos (Ministério Público, Defensorias Públicas e Poder Judiciário), e nos territórios onde ocorreram deslocamentos forçados em decorrência da perda da moradia.

Considerando toda a extensão territorial abarcada pelo dever das empresas de reparar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, os municípios de Mariana e Barra Longa guardam uma particularidade: o fato de terem sido os primeiros municípios a terem implementadas as respectivas assessorias técnicas. Mesmo que a contratação de assessoria técnica para as pessoas atingidas tenha ocorrido por processos diferentes, em Mariana e Barra Longa, a presença das entidades Cáritas (em Mariana) e AEDAS (em Barra Longa) nos territórios afetados tem sido determinante para a forma como os processos de reparação de danos passaram a ser conduzidos nessas localidades.

Foi nesse contexto que o GEPSA foi procurado pela Cáritas Regional Brasil, que presta assessoria técnica às pessoas atingidas no município de Mariana, para produzir para os núcleos familiares das áreas rurais de Mariana, afetadas pelo desastre, material semelhante ao que o grupo havia desenvolvido para a comunidade de Gesteira (em Barra Longa) no ano de 2016, sob o nome de “cadernos cartográficos”. Depois de um longo processo de negociação e construção do trabalho a ser desenvolvido, por solicitação da Cáritas, finalmente o grupo, dentre outras atividades e produto, produziu uma tecnologia social baseada na cartografia dos modos de vida das pessoas atingidas que pudesse ser reproduzido e utilizado tanto em Mariana, nas áreas rurais, quanto ao longo da Bacia do Rio Doce, e até em outras situações de vulnerabilidades semelhantes àquelas vividas pelas pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Com o intuito de apresentar o jogo [r]existir, trabalho desenvolvido pelo GEPSA para cartografar os modos de vida das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, faremos uma breve retrospectiva dos processos que levaram à produção do jogo, explicando a experiência do Observatório dos Reassentamentos (dos cadernos cartográficos de Gesteira aos das áreas rurais de Mariana) e analisando a importância das assessorias técnicas para as pessoas atingidas, bem como o papel da universidade ao longo desse processo.

O OBSERVATÓRIO DO REASSENTAMENTO

Nos primeiros dias que se sucederam ao rompimento da barragem de Fundão, houve uma intensa movimentação no interior das instituições que estavam, de alguma maneira, implicadas com o acompanhamento dos efeitos do desastre, tais como a Defesa Civil, os órgãos de governo, do Ministério Público, Defensoria Pública, dentre outros. No âmbito das universidades também houve mobilização, resultando em uma série de notas de repúdio ao ocorrido e em solidariedade às vítimas. A Universidade Federal de Ouro Preto, no entanto, surpreendeu mais pelo silêncio do que pela intensidade das suas ações, pelo menos no nível da representação oficial da instituição, principalmente por se tratar da Universidade mais próxima ao epicentro do desastre e por ser formadora de parcela significativa dos profissionais que atuam na área da mineração no país.

Foi nesse contexto que alguns professores e professoras, de diversos cursos da UFOP passaram a se reunir para discutir, de maneira crítica, sobre como a Universidade poderia/deveria atuar diante de um desastre daquela proporção. O primeiro grande obstáculo a ser superado por esse grupo de docentes era o discurso que começava a ser disseminado, da “neutralidade da ciência” diante do rompimento da barragem de Fundão, que tentava desresponsabilizar os profissionais e as empresas envolvidas em relação às causas do rompimento da barragem. O engajamento dos professores e professoras que reagiram criticamente à postura adotada pela UFOP diante do desastre de Fundão, levou à criação do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA), que passou a realizar visitas aos territórios afetados a fim de identificar a situação e as demandas das pessoas atingidas, que pudessem contar com o apoio do grupo por meio do desenvolvimento de projetos e ações (dentro das áreas de conhecimento abarcadas pela sua equipe) voltados para o atendimento dessas demandas.

A intensidade dos impactos produzidos na cidade de Barra Longa rapidamente chamou a atenção do grupo, que na semana seguinte ao desastre realizou a primeira visita à sede do município, afetada pelos rejeitos, e ao distrito de Gesteira, que teve uma parcela de seu território inteiramente destruída – a parte conhecida como Gesteira Velho. As visitas que se sucederam permitiram à equipe do GEPSA perceber que as empresas responsáveis pelo desastre haviam assumido o protagonismo do processo de reparação dos danos, tornando-se responsáveis pela identificação e reconhecimento das vítimas, além da definição de como, quando, por quem e com quanto seriam feitas as reparações. Para tanto, as empresas já colocavam em marcha discussões sobre a reconstrução de Gesteira Velho, sem o envolvimento adequado das pessoas atingidas, impondo soluções amparadas pelo discurso técnico-científico respaldado pelo exército de funcionários que representavam os seus interesses. As pessoas atingidas, por sua vez, não contavam com profissionais que pudessem auxiliá-las no esclarecimento acerca dos seus direitos, na exposição das suas demandas e nem mesmo na interpretação dos documentos apresentados pelas empresas como as medidas de reparação tomadas por elas por decisão unilateral.

Diante desse cenário, identificado tanto em Barra Longa quanto no município de Mariana, um dos projetos desenvolvidos pelo GEPSA foi o “Observatório dos Reassentamentos – Rede de ações e apoio aos atingidos nos Municípios de Mariana e Barra Longa”, que buscava desenvolver mecanismos de fortalecimento das vítimas nos processos de reivindicação dos seus direitos. A primeira ação do Observatório, voltada para os processos de reparação, foi o desenvolvimento, com a comunidade de Gesteira, do material denominado “cadernos do reassentamento”, que consistia na consolidação de dados e informações, organizados por núcleo familiar, relacionados às territorialidades, às moradias e aos modos de vida das pessoas atingidas em Gesteira.

O método utilizado para o desenvolvimento dos “cadernos do reassentamento” , a cartografia, abrange tanto as etapas relacionadas ao levantamento dos dados necessários à produção dos cadernos como as etapas vinculadas à produção deste mesmo material. A cartografia visa a produção do conhecimento a partir do trabalho conjunto entre pesquisador e as pessoas envolvidas na pesquisa, o que implica em processos de investigação colaborativa sobre os territórios com o intuito de ativar práticas de transformação social. Neste sentido, os “cadernos” não se configuraram como um trabalho “sobre” as pessoas atingidas pelo

rompimento da barragem de Fundão, no que concerne às questões afetas às moradias, modos e projetos de vida e territórios, mas sim como um trabalho realizado “com” essas mesmas pessoas com o intuito de evidenciar seus próprios saberes e experiências cotidianas. É, portanto, uma metodologia capaz de desafiar os discursos dominantes sobre os territórios e, desse modo, dar visibilidade aos problemas conjuntamente levantados (ROMAGNOLI, 2009).

Por se tratar de uma metodologia de investigação, mas também de criação estética, a cartografia possibilita a ruptura com as formas de representação arquitetônico-urbanísticas tradicionais que se vinculam a modos quantitativistas de representação que, de modo geral, aprofundam a distância entre o que é vivido e o que é representado. Portanto, para a produção dos “cadernos” foram considerados dispositivos múltiplos que consistiram em suportes gráficos e visuais que se articularam no intuito de dar visibilidade às questões levantadas para que servissem de ferramenta para as ações, neste caso específico, das pessoas vítimas de deslocamento forçado e sujeitas aos processos de reassentamento.

Os “cadernos do reassentamento” produzidos para as pessoas atingidas em Gesteira (Fig. 1) tiveram como objetivo documentar o que foi perdido em decorrência do desastre de Fundão, podendo ser utilizado, inclusive, como documento probatório em juízo, se for o caso. Para isso, os “cadernos” contêm informações e imagens sobre o território afetado e as edificações destruídas (incluindo o levantamento arquitetônico da casa das pessoas atingidas, transformadas em ruínas pelo desastre), dados sobre as pessoas integrantes do respectivo núcleo familiar e sobre a produção de autoconsumo, que é típica daquela comunidade. Além dessas informações, os cadernos representam graficamente as relações de parentesco, vizinhança e amizade que existiam na comunidade de Gesteira e que caracterizam, juntamente com a produção de autoconsumo, um modo de vida que também foi perdido e que deve ser objeto de reparação.

Figura 1 – Página interna dos “cadernos cartográficos” de Gesteira



Fonte: arquivos GEPSA

Nesse sentido, os “cadernos do reassentamento”, para além de prover as pessoas atingidas de documento acerca das perdas sofridas, constitui um material em linguagem acessível, que permite a elas demonstrar as condições existentes no território antes do desastre e que devem servir de parâmetro para a reparação integral dos danos, seja por meio da restituição dos bens materiais destruídos, seja pela indenização dos bens imateriais perdidos, seja ainda pela reconstituição das condições necessárias para a reprodução dos modos de vida que caracterizavam a comunidade.

Para realização desse trabalho, o Observatório se estruturou como projeto de Extensão, aprovado pelo terceiro ano consecutivo (de 2016 a 2018) pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFOP, contando com uma equipe interdisciplinar, integrada por professoras e estudantes (da graduação e pós-graduação) dos Departamentos de Arquitetura e Urbanismo (DEARQ) e Direito (DEDIR). Vale destacar também que, em sua atuação transescalar, como mencionado anteriormente, o Observatório conta com uma articulação permanente com os movimentos sociais, os grupos de pesquisa que integram a Rede de Pesquisa Rio Doce¹ e alguns órgãos do sistema de Justiça.

DA ATIVIDADE “CADERNOS DO REASSENTAMENTO” AO JOGO [R]EXISTIR

Cerca de um ano após a produção dos “cadernos do reassentamento” de Gesteira, o GEPSA foi procurado pela Cáritas Regional Minas Gerais, na qualidade de assessoria técnica das pessoas atingidas em Mariana para desenvolver trabalho semelhante com os núcleos familiares daquele município. Semelhantemente ao caso de Gesteira, a proposta surgiu da demanda de produção de informações, em caráter de extensão universitária, relacionada às moradias, às territorialidades, aos modos e projetos de vida das pessoas atingidas que se encontram envolvidas nos processos de reassentamento, compra assistida e reconstrução.

Os dois maiores desafios do processo de negociação para a produção do que passou a ser chamado de “cadernos cartográficos”, em Mariana, que seguiria moldes semelhantes àqueles elaborados para a comunidade de Gesteira, eram, inicialmente, a quantidade de núcleos familiares (cerca de 600) e a exiguidade do prazo, que deveria atender a uma série de variáveis, como a urgência da situação, o calendário de planejamento do reassentamento coletivo e a iminente implementação do cadastro das pessoas atingidas. Depois de muitas reuniões para buscar a melhor alternativa para as pessoas atingidas, considerando a diversidade de fatores envolvidos nos processos de reparação de danos, chegou-se à

¹ A Rede de Pesquisa Rio Doce é composta pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Homa – Centro de Direitos Humanos e Empresas; Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilização Social, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e PoEMAs – Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

conclusão que a atividade de desenvolvimento dos “cadernos cartográficos”, em Mariana, deveria priorizar os núcleos familiares não abarcados pelos reassentamentos coletivos, que passaram a ser denominados de “núcleos familiares das áreas rurais”.

Diante da delimitação dos núcleos familiares a serem atendidos pela produção dos “cadernos cartográficos” em Mariana, houve uma redução de 600 para 120 cadernos, o que impactaria diretamente na metodologia a ser desenvolvida para a realização dessa atividade, viabilizando a sua conclusão dentro de um prazo mais curto, que atendesse à expectativa das pessoas atingidas e da sua assessoria técnica. Entretanto, a implementação do plano de trabalho inicialmente aprovado, revelou-se inexecutável após o acordo judicial celebrado entre as empresas, a Fundação Renova e o Ministério Público em Mariana, que atribuiu à Cáritas a implementação do cadastro [revisado] das pessoas atingidas, o que implicaria em uma duplicação de mobilização e visitas aos núcleos familiares aumentando o desgaste e a insegurança das pessoas atingidas.

A solução encontrada para seguir o trabalho de produção de cadernos cartográficos para as áreas rurais, para o qual foram contratados profissionais e bolsistas (que já haviam sido mobilizados para essa tarefa), sem entrar em conflito com a agenda que deveria ser cumprida pela Cáritas a partir da decisão acima referida, foi a finalização do projeto piloto (que consistia na produção dos primeiros 10 cadernos cartográficos) e a substituição da produção dos demais cadernos pelo desenvolvimento de tecnologia social que pudesse ser aplicada/implementada pela própria Cáritas, no momento mais conveniente para as pessoas atingidas, considerando a infinidade de variáveis que interferem nas dinâmicas dos processos de reparação em Mariana.

Podemos, portanto, identificar três momentos distintos até a produção do Jogo [r]existir, cuja apresentação é o objetivo principal do presente trabalho: 1) a produção dos “cadernos” de Gesteira, que demonstrou a sua importância para o envolvimento das pessoas atingidas nos processos de reparação dos danos sofridos por elas; 2) a produção dos “cadernos cartográficos”, como projeto piloto, para os núcleos familiares das áreas rurais em Mariana; e 3) o desenvolvimento do jogo [r]existir, para utilização, pela própria Cáritas, de um jogo desenvolvido através do método cartográfico para elaboração de material semelhante aos cadernos, capaz de representar documentalmente os modos de vida, os afetos e as memórias das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão e de outras comunidades em situações de vulnerabilidades semelhantes às delas.

Uma vez que já foi explanado o processo que resultou na produção dos “cadernos do reassentamento” de Gesteira, passemos a analisar o desenvolvimento dessa atividade junto aos núcleos familiares das áreas rurais de Mariana, que resultou na produção de 9 “cadernos cartográficos” e precedeu o desenvolvimento do jogo [r]existir.

Atendendo ao plano de trabalho proposto pelo GEPSA e aprovado pela Cáritas, para a produção dos cadernos cartográficos em Mariana, a primeira atividade realizada foi o desenvolvimento da metodologia que seria utilizada para a abordagem junto aos núcleos familiares e a representação cartográfica dos dados e informações obtidos em campo. Resultou desta etapa a opção pela utilização de um jogo (Fig. 2), por meio do qual as pessoas do núcleo familiar atendido (que passaram a ser consideradas “jogadoras”) ficariam diante de

um tabuleiro com círculos concêntricos, tendo o círculo como a representação do núcleo familiar, e receberiam uma cartela contendo peças (pictogramas) com desenhos relacionados à vida no campo. A dinâmica do jogo consistia em que cada jogador/a, na sua vez, escolheria um pictograma e o posicionaria mais próximo ou mais distante do centro do tabuleiro, conforme o grau de importância que a imagem representava para aquele/a jogador/a.

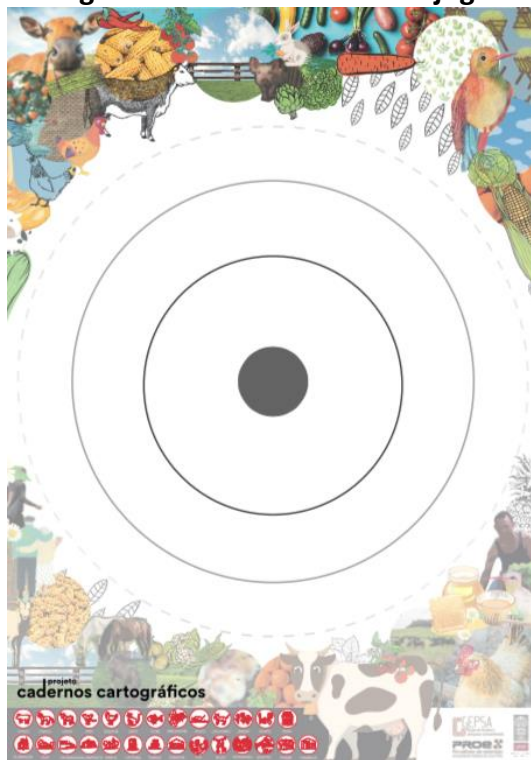
Figura 2 – Esboço apresentado na primeira reunião geral de equipe, que deu origem ao tabuleiro



Fonte: arquivos GEPSA

Após a definição do uso do jogo como método de levantamento dos modos de vida, as/os arquitetas/os contratadas/os para a coordenação das equipes de campo desenvolveram o layout do tabuleiro e dos pictogramas (Fig. 3) e, na sequência, realizaram as visitas, tanto para o levantamento das edificações (das áreas afetadas pelo desastre), quanto para a aplicação do jogo que havia sido desenvolvido. Após o encaminhamento dos dados e informações obtidos em campo, a equipe permanente do Observatório dos Reassentamentos e a equipe de designers contratada para esse projeto produziram os cadernos dos 9 núcleos familiares, indicados pela Cáritas, para a cartografia das territorialidades, moradias, modos e projetos de vida das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Figura 3 – Tabuleiro final do jogo



Fonte: arquivos GEPSA

Após a etapa de produção dos cadernos correspondentes ao projeto piloto, e diante da impossibilidade de seguir o calendário de visitas originariamente programado, restava ao GEPSA o desafio de desenvolver, através do método cartográfico, uma tecnologia social que pudesse ser utilizada por mediadoras/es preparados pela Cáritas para aplicação junto aos núcleos familiares no momento mais oportuno para as pessoas atingidas, no âmbito dos processos de reparação em Mariana.

O resultado dessa empreitada, de desenvolvimento de tecnologia social para a cartografia de modos de vida dos núcleos familiares não contemplados com a elaboração do caderno, foi a criação de um novo jogo, denominado “[r]existir – um jogo de memória, afeto e visibilidade”, que consistiu na produção de uma “pasta-memória”, que deve ser preenchida com dados do núcleo familiar e da moradia, e depois completada com o resultado do jogo de tabuleiro, e pictogramas, que passou a ter nova apresentação visual, desenvolvida pela equipe de designers para 3 tipos de contextos: áreas rurais, ocupações urbanas e regiões pesqueiras/populações ribeirinhas (Figs. 4 a 7).

Figura 4 – Capa e contra-capa da “pasta-memória: áreas rurais”



O **Jogo [re]existir** desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e consequência de um trabalho realizado para a Associação Técnica das Pequenas Agriculturas por Comunidade (ABAPCOM) do FURB, na área rural de Moinhos, sob a coordenação da Caritas Brasileira Regional Minas Gerais. Este trabalho, em sua dimensão mais ampla, buscou levantar os modos e projetos de vida dos rios das famílias agricultoras, antes do rompimento da região. A busca por plataformas físicas e virtuais que possibilitassem o diálogo e a construção coletiva das memórias e experiências de cada pessoa do núcleo familiar participante foi o que nos conduziu à criação do jogo.

A experiência na criação e aplicação do jogo com os núcleos familiares agricultores da área rural de Moinhos, somada com a experiência do GEPSA/UFOP com outras realidades de pessoas vinculadas ao longo da base do Rio Doce, trouxe à tona os desafios de direitos em contextos urbanos, conduziu à ampliação do escopo de sua aplicação. Assim, o trabalho institucional realizado pela Caritas, em âmbito mundial, reforça a potencialidade de sua utilização em áreas urbanas e rurais.

Taludamos e produzimos ideias para que um recurso "modo de jogar" pudesse atender pessoas em situações de vulnerabilidade, em três contextos distintos: áreas rurais, regiões periurbanas e populações ribeirinhas, e áreas de vulnerabilidade urbana. A proposta é que a interação entre as pessoas, através de formas físicas e virtuais, sobre o modo de projeto de vida e, por fim, um material que possa servir como registro de memórias e experiências.

(os contextos do jogo)

O jogo se desenvolve em três contextos: áreas rurais, regiões periurbanas e populações ribeirinhas, e áreas de vulnerabilidade urbana. A proposta é que a interação entre as pessoas, através de formas físicas e virtuais, sobre o modo de projeto de vida e, por fim, um material que possa servir como registro de memórias e experiências.

caráter de não-reatividade. No jogo [re]existir, são discutidos três contextos:

Áreas Rurais: o avanço da atividade extrativista mineral e da agropecuária tem impactado modos e projetos de vida das pessoas que têm seu cotidiano vinculado à terra sob formas de subsistência, produção e economia familiar e solidária.

Regiões periurbanas/populações ribeirinhas: aglomerados urbanos de municípios e complexos industriais e formas modernas de exploração da terra por meio de monoculturas têm ocasionado o contaminação de cursos d'água e mananciais, colocando em risco os modos de subsistência das pessoas que vivem do cotidiano periurbano e que dependem dos rios para o desenvolvimento de suas atividades socioeconômicas e culturais.

Áreas de Vulnerabilidade/Urupações: a especulação de terra urbana e o mercado imobiliário têm apropriado a organização comunitária das cidades brasileiras. Embora exista na Constituição Federal de 1988, a função social da propriedade não tem se efetivado e os recursos para conter especulação e parcelar a terra... são insuficientes em todo o território brasileiro.

[re]existir
um jogo de memória,
afeto e visibilidade
áreas rurais

Fonte: arquivos GEPSA

Figura 5 – Configuração interna da “pasta-memória”

desenhando o jogo

- colar nos retângulos pontilhados todas as peças que foram utilizadas durante o jogo, colando-as pelas bordas da cartela de fundo branco;
- colar uma foto de cada jogador/jogador nos retângulos centrais;
- escrever os nomes dados, jogador acima das linhas pontilhadas abaixo da foto de cada jogador/jogador.

localização

colar a memória do local onde nasceu e preencha as linhas pontilhadas abaixo com o nome de sua cidade, distrito, bairro...

memórias visuais

colar a memória: abaixo fotos de sua cidade, bairro ou casa; de sua família e/ou vizinhos; de festas e/ou celebrações de sua comunidade.

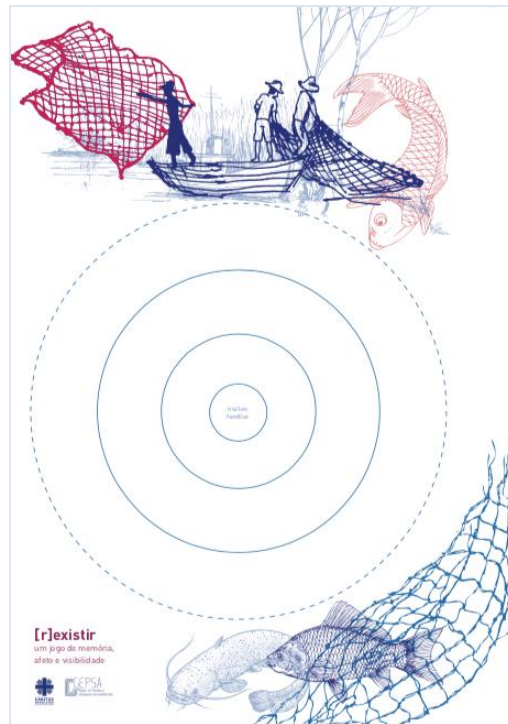
o núcleo familiar

preencha as linhas abaixo com o nome de cada jogador/jogador (preencha o núcleo familiar) e com informações sobre idade, profissão, parentesco, etc.

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Fonte: arquivos GEPSA

Figura 6 – Tabuleiro do jogo [r]existir: regiões pesqueiras/populações ribeirinhas



Fonte: arquivos GEPSA

Figura 6 – Pictogramas do jogo [r]existir: regiões pesqueiras/populações ribeirinhas



Fonte: arquivos GEPSA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência extensionista desenvolvida pelo GEPSA junto às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão com o deslocamento forçado, revelou, em um primeiro momento, a necessidade de demonstrar que a reparação integral dos danos sofridos por essas pessoas não pode ser reduzida às perdas materiais. Para além dos bens materiais perdidos, as pessoas vítimas do deslocamento forçado têm sofrido uma interrupção nos seus modos e projetos de vida.

Enquanto, por um lado, as empresas responsáveis pelas reparações vêm tentando quantificar os danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão utilizando parâmetros exclusivamente economicistas, por outro lado, as assessorias técnicas das pessoas atingidas vêm buscando meios de demonstrar qualitativamente a extensão dos danos sofridos. Nesse sentido, o jogo “[r]existir – um jogo de memória, afeto e visibilidade” se apresenta como uma importante ferramenta para as assessorias técnicas das pessoas atingidas, que facilitará a produção da cartografia de modos de vida por meio da aplicação do jogo e confecção das pastas-memória.

A aplicação do jogo no projeto dos cadernos cartográficos em Mariana revelou a potencialidade da estratégia cartográfica, possibilitando o desenvolvimento do jogo para outros contextos e territórios, o que abriu caminho para a produção dessa tecnologia social. Além de produzir, de forma lúdica e participativa, um material que poderá ser utilizado como documento sobre as perdas decorrentes do desastre, a aplicação do jogo favorece o envolvimento das pessoas atingidas com a luta por direitos e pelo reconhecimento do seu protagonismo nos processos de reparação.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Karine Gonçalves. *Reassentamento involuntário*. In: Dicionário Crítico da Mineração. Marabá - PA: iGuana, 2018.
- MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.) *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/desastre-do-rio-doce/>
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. *A cartografia e a relação pesquisa e vida*. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v.21, n.2, p.166-173, ago. 2009. Disponível em http://www.academia.edu/27241517/A_CARTOGRAFIA_E_A_RELACÃO_PESQUISA_E_VIDA
- SOUZA, Tatiana Ribeiro de; CARNEIRO, Karine Gonçalves ; MILANEZ, Bruno ; LOSEKANN, Cristiana; ROLAND, Manoela Carneiro . *Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce*. In: Cristiana Losekann; Cláudia Mayorga. (Org.). *Desastre na Bacia do Rio Doce -*

Desafios para a universidade e para instituições estatais. 1ed. Rio de Janeiro: Fólio Digital, 2018, v. 1, p. 121-148.

SOUZA, Tatiana Ribeiro de; CARNEIRO, Karine Gonçalves. O papel das Assessorias Técnicas no TAC Governança. Versos, v. 2, p. 46-63, 2018.

ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.) *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton*. Marabá: Editorial Iguana, 2016. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/desastre-do-rio-doce/>